FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular nº 3.678 2º Trimestre de 2017

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

SUMÁRIO INTRODUÇÃO	3
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	3
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	4
ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E D CAPITAL	
RISCO OPERACIONAL	4
RISCO DE MERCADO	6
RISCO DE LIQUIDEZ	8
RISCO DE CRÉDITO	10
GERENCIAMENTO DE CAPITAL	12
REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E EM IMPLANTAÇÃO	14
INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	15
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA, ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), ÍNDICES E LIMITES	
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)	18
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	19
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO	20
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO	26
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	27
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS	29

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

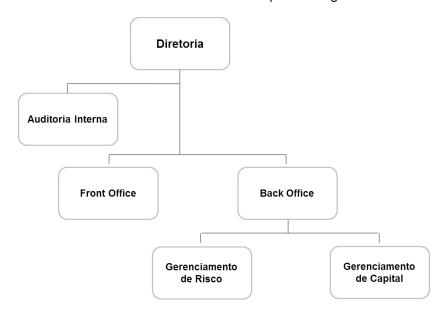
INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial, que conforme definido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a Instituição líder (Instituição), Consórcio Nacional Volkswagen — Administradora de Consórcio Ltda. (CNVW), e Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) — nos quais a Instituição assuma substancialmente os riscos e benefícios (conjuntamente o Grupo), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos do Grupo. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Grupo constituiu a sua estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da seguinte forma:



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Diretoria de Back Office:

- Implementar as estruturas de Gerenciamento de Risco, abrangendo: Crédito, Liquidez, Mercado, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital;
- Implementar as políticas de Gerenciamento de Risco e Capital e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Gerenciamento de Risco e Capital;
- Promover a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

• Ser o responsável pelas informações referentes a gerenciamento de Risco e Capital.

Auditoria Interna

Verificar se os procedimentos adotados nas áreas estão de acordo com as políticas internas e os normativos publicados pelo CMN e BACEN.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa de gerenciamento de riscos e capital é respaldada pelo Comitê gerencial de Finanças e Risco, cujas principais atribuições são aprovar políticas e estratégias financeiras, de tesouraria e de gerenciamento de riscos (crédito, mercado, operacional, liquidez, socioambiental e valor residual) e definir a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações.

Além disso, a instituição possui uma unidade de Risco, responsável pelo gerenciamento dos riscos, com representação direta no Comitê Executivo.

ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco x retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.

Apresenta-se abaixo, as estruturas, estratégias e ferramentas para o gerenciamento de Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, bem como para o Gerenciamento de Capital.

RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, segundo a Resolução do CMN nº 3.380/06. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão ou precedentes desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de Risco Operacional:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Eventos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco operacional está alinhada às orientações do grupo *Volkswagen Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN, definidos na Resolução do CMN nº 3.380/06.

Principais responsabilidades associadas à Gestão do Risco Operacional:

A) Diretoria de Back Office

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco, a qual gerencia o risco operacional e prover os recursos necessários para o desempenho de suas atividades;
- Promover a cultura de gestão de riscos e controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Cálculo de Capital para Risco Operacional

A Instituição, em atendimento à Circular BACEN nº 3.640/13, adotou a Abordagem Padronizada Alternativa para o cálculo da parcela referente ao (PR) para a cobertura do Risco Operacional (RWAopad), cálculo, validação e divulgação sob responsabilidade do Departamento de Contabilidade.

C) Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado através das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação dos riscos corporativos associados aos processos, considerando a relevância da cada risco e a existência de controles internos associados;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Testes de controle que s\u00e3o realizados para confirmar se os processos de mitiga\u00e7\u00e3o de riscos identificados (controles) foram colocados em pr\u00e1tica;
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir / mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Captura, tratamento e armazenamento dos eventos de risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como Outsourcing;
- Avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos, projetos e na modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional, Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com as exigências regulatórias vigentes.

A área de Gerenciamento de Riscos dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos colaboradores e estagiários, através de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

D) Controles Internos

A estrutura de Gerenciamento de Riscos desenvolve as atividades de Controles Internos, tendo como principal objetivo mapear e avaliar os controles internos que mitigam os riscos corporativos referentes às distorções significativas em premissas financeiras (demonstrações contábeis e perdas operacionais) e histórico de ocorrências (resultado de avaliações de controles anteriores e ocorrências de falhas), auxiliando as áreas envolvidas na identificação de erros e na prevenção e mitigação de seus efeitos, de acordo com o previsto na Resolução CMN 2.554/98 e Circular BACEN 3.078/96. As principais responsabilidades associadas a controles internos são:

- Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos;
- Elaborar as matrizes de risco, identificando e documentando riscos e controles;
- Mapear riscos operacionais e riscos de erros significativos nas demonstrações financeiras e identificar os seus principais mecanismos de controles;
- Identificar, avaliar e testar os controles-chave e classificá-los de acordo com sua relevância, tipo e frequência nas matrizes de risco;
- Acompanhar a implementação dos planos de ações e monitorar para mitigar os riscos;
- Disseminar a cultura de gestão de controles internos e riscos para funcionários e terceiros relevantes;
- Elaborar relatórios relativo às Resoluções do CMN nº 2.554/98 e 3.380/07, informando as deficiências de controles e ações para mitigação;
- Auxiliar na elaboração do relatório relativo à Resolução do CMN nº 3.467/09, informando a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, elaborado como resultado do trabalho de auditoria independente.

RISCO DE MERCADO

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº. 3.464/07 define o Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Devido à natureza e características de suas operações, a Instituição não tem como estratégia possuir operações com intenção de negociação ou que apresentem risco de exposição cambial. Todas as operações realizadas em moeda estrangeira são acompanhadas por um instrumento derivativo a fim de cobrir a operação contra o risco cambial.

Diante disso, a Instituição possui apenas operações classificadas como não negociação (*Banking Book*).

Risco de Taxa de Juros

O Risco de Taxa de Juros é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxa de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de taxa de juros:

A) Diretoria de Back Office

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de taxa de juros de acordo com a
estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias
corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados ao Grupo.

B) Gerenciamento de Riscos

- Definir metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de taxa de;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Finanças e Risco os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas;
- Elaborar relatórios gerenciais com posições de Risco de Taxa de Juros e Liquidez a serem enviados diariamente e semanalmente (via e-mail) aos departamentos envolvidos e a Alta Administração.

C) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de taxa de juros.

D) Metodologias

Para fins de monitoramento e controle do risco de taxa de juros, são utilizadas as seguintes metodologias:

- **Economic Value of Equity**: Mede a variação no valor presente líquido dos ativos e passivos de uma instituição, de acordo com os choques de taxas de juros e os cenários de estresse;
- Net Interest Income: Medida de sensibilidade que simula os impactos das oscilações das taxas de juros na receita de intermediação financeira;
- Análise de Descasamento: Indicador utilizado para avaliar a exposição em função dos distintos prazos de vencimentos negociados nas operações ativas e passivas;
- Teste de Estresse: É o método que avalia o efeito de grandes variações simuladas nas variáveis da carteira, como por exemplo, nas taxas de juros, câmbio e ações.

F) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos:
- Limite de EVE.

Em caso de excesso dos limites, a área de Gerenciamento de Riscos informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

G) Capital Regulatório - Cálculo Parcela Rban

A partir da data-base de janeiro de 2017, a parcela RBAN passou a ser mensurada de forma hibrida, considerando as abordagens de variação na margem de juros (NII – *Net Interest Income*) e variação de valor econômico (EVE – *Economic Value of Equity*).

H) Processo

O monitoramento e controle do risco de taxa de juros são realizados diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos. Diariamente é elaborado um relatório gerencial dos principais indicadores de risco de taxa de juros e encaminhado, via e-mail, à Tesouraria. Semanalmente é elaborado e enviado para Alta Administração um relatório contendo os principais indicadores de risco de taxa de juros. Periodicamente, os indicadores de risco de taxa de juros são apresentados em Comitês específicos.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº. 4.090/12 define o Risco de Liquidez como:

 I – a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem duas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

 I – a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de liquidez:

A) Diretoria de Back Office

 Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de liquidez de acordo com a estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados ao Grupo.

B) Tesouraria

Front Office (Mesa de Operações)

Assegurar a liquidez das empresas do Grupo.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Observar e cumprir os limites estabelecidos pelo departamento de Gerenciamento de Riscos para as contrapartes e os limites de alçadas.
- Verificar/Analisar os vencimentos das operações financeiras controladas (Fluxo de Caixa).
- Garantir o nível mínimo de caixa estabelecido e monitorado pelo departamento de Gerenciamento de Riscos.

Middle Office (Gestão de Caixa)

- Gerenciar o Caixa;
- Gerenciar o casamento da carteira de ativos e passivos;
- Responsável pelo Plano de Contingência de Liquidez.

C) Back Office de Tesouraria

- Registrar e controlar todas as transações realizadas nos sistemas eletrônicos, assegurando a veracidade, oportunidade e confiabilidade da informação;
- Verificar a integridade das operações realizadas pelo Front Office, seguindo o 'Princípio de Divisão Funcional', verificando a consistência de acordo com as condições de mercado.

D) Gerenciamento de Riscos

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do Grupo;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Finanças e Risco os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas;
- Elaborar relatórios gerenciais com posições de Risco de Taxa de Juros e Liquidez a serem enviados (via e-mail) aos departamentos envolvidos e a Alta Administração;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição.

E) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de taxa liquidez.

F) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Projeção do Fluxo de Caixa:** É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo;
- Colchão de Liquidez: Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado;
- Teste de Estresse: Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Plano de Contingência de Liquidez: Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

G) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários:
- Limites de Conta Corrente;
- Limite de concentração de vencimentos de Funding.

Em caso de excesso dos limites, a área de Gerenciamento de Riscos informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

H) Processo

O monitoramento e controle do risco de liquidez são realizados diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos. Diariamente é gerado um relatório gerencial dos principais indicadores de risco de liquidez e encaminhado, via e-mail, à Tesouraria. Semanalmente é elaborado e enviado para Alta Administração um relatório contendo os principais indicadores de risco de liquidez. Periodicamente, os indicadores de risco de taxa de liquidez são apresentados em Comitês específicos.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Os principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de crédito são:

A) Diretoria de Back Office

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de crédito de acordo com a estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados a cada instituição individualmente e ao Conglomerado Prudencial.

B) Gerenciamento de Riscos

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito do Grupo. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito.

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

C) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltadas à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação do Comitê de Finanças e Risco, com objetivo de recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de scoring para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras forecast;
- Processo para realização de testes de stress;
- Modelo de LGD (Loss Given Default);
- Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função da capacidade, necessidade e comportamento dos clientes, e devidamente aprovados conforme alçada estabelecida em política.

E) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e corporate, que abrangem: classificação de risco (escore/rating) prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (réguas de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Grupo.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

As políticas relacionadas à concessão de crédito e cobrança estabelecem As condições operacionais aprovadas pela Instituição e os valores e correspondentes níveis de alçada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Gerenciamento de Riscos para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

RESPONSABILIDADE

É responsabilidade do departamento de Gerenciamento de Riscos tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao Comitê de Finanças e Risco;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Gerenciamento de Riscos as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (funcionários dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Gerenciamento de Riscos, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco da Instituição não possuir capital suficiente para:

- Atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como um banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- Manter o rating da Instituição, pois uma mudança no rating pode alterar diretamente o custo de captação;
- Ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

A Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:

APROVAÇÃO E CONTROLE DO APETITE AO RISCO

O apetite ao risco corresponde ao nível de risco que a Instituição decide assumir para atingir seus objetivos de negócio. Dessa forma, este pilar é constituído pela alta administração da Instituição, responsável pelas diretrizes e estratégias nos diferentes âmbitos da operação. O apetite ao risco é determinado em Comitê de Finanças e Risco, e a supervisão e monitoramento são realizados através do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria.

REPORTE E CONTROLE

Nas atividades diárias, a responsabilidade pelo controle e apresentação de relatórios está nas áreas diretamente relacionadas ao Comitê de Finanças e Risco, pois estas são as áreas funcionais da Instituição.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de Back Office: Gerência de Contabilidade, Gerência de Controladoria, Gerência do Tributário e Compliance, Gerência de Risco e Gerência de Tesouraria, em atendimento às Resoluções do CMN nº 3.464/07 e nº 2.804/00, respectivamente.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse de acordo com e as exigências do CMN e BACEN.

O plano de capital é avaliado pela administração de forma a sinalizar e propor ações, como um plano de contingência de capital, em caso de excesso ou insuficiência de capital para atingir os objetivos estratégicos do Grupo. Para assegurar que o nível de capital está adequado ao apetite de risco da Instituição, é definido um colchão acima do índice da Basileia, com finalidade de garantir que, caso o índice de Basileia esteja abaixo do percentual regulatório, o Grupo tenha fôlego para novos negócios até que ocorra aporte de capital.

Adicionalmente, o Comitê Executivo ("COMEX") e o Comitê de Finanças e Risco avaliam, mensal e trimestralmente, respectivamente, os relatórios de monitoramento e controle de risco de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações, bem como atendimento aos requerimentos regulatórios.

ASSURANCE

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura de processos internos é adequada ao porte e complexidade das operações da Instituição.

Para isso, a Instituição está submetida à avaliação do departamento de Auditoria Interna e também a revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado por estas auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, que, dentre suas atribuições, está a supervisão e avaliação do desempenho dos auditores internos e externos.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

NORMATIVAS

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento de capital. Dentre os documentos adotados, destaca-se a Política de Gerenciamento de Capital, a qual descreve, entre outros aspectos, a estrutura organizacional, os processos organizacionais e o plano de capital.

REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E EM IMPLANTAÇÃO

Os requerimentos mínimos de capital do Grupo seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível, demonstrado pelo (PR) e o (RWA).

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, risco de taxa de juros e risco operacional.

O requerimento mínimo do (PR) corresponde a um índice de 9,250% para o trimestre em 30 de junho 2017, decaindo gradualmente até 8% a partir de 2019. Em contrapartida, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), o qual corresponde à soma das parcelas ACP Conservação, ACP Contracíclico e ACP Sistêmico. O ACP para o trimestre findo em 30 de junho 2017 corresponde a 1,25%, e aumentará a exigência de capital ao longo do tempo até 2019.

Também foram redefinidos os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II. Adicionalmente, foi instituída a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução CMN nº 3.444/07.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN.

polo 2, 1021 11				
Indice de Basileia	2016	2017	2018	a partir de 2019
Capital Principal	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%
Nível I	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%
PR Total	9,875%	9,250%	8,625%	8,000%
ACP conservação	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
ACP contracíclico (1)	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
ACP sistêmico (2)	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
Capital Principal + ACP	5,125%	5,750%	6,375%	7,000%
PR Total + ACP	10,500%	10,500%	10,500%	10,500%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	60%	80%	100%	100%

⁽¹⁾ Atualmente, conforme artigo 3º da Circular BACEN nº 3.769/15, o valor requerido para a parcela ACP Contracíclico é igual à zero para o Brasil.

⁽²⁾ Atualmente, conforme a Circular BACEN nº 3.768/15, o valor requerido para a parcela ACP Sistêmico para o Grupo é igual à zero.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O patrimônio de referência do Grupo está dividido em dois níveis:

- a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como "Patrimônio Iíquido" no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13, e aplicação dos fatores descritos no art.11º desta mesma resolução.
- b) Nível II: Composto por instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Abaixo seque composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, findo no trimestre:

Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Mar 2017	Jun 2017
Patrimônio líquido	2.740.090	2.861.217
Ajustes prudenciais	(13.934)	(13.132)
Capital principal	2.726.156	2.848.085
Patrimônio de Referência - Nível I	2.726.156	2.848.085
Instrumentos de dívida subordinada	956.452	956.918
Patrimônio de Referência - Nível II	956.452	956.918

10tal do Patrimonio de Referencia (PK) 3.802.008 3.805.003	Total do Patrimônio de Referência (PR)	3.682.608	3.805.003
--	--	-----------	-----------

A composição detalhada do (PR) e informações sobre sua adequação do PR estão contidas no Anexo I disponível no site www.bancovw.com.br.

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), cujo valor do Nível II do PR é:

Em milhares de Reais

Vencimento	Mar 2017	Jun 2017
Superior a 5 anos	750.207	749.874
Entre 4 e 5 anos	91.829	96.220
Entre 3 a 4 anos	54.804	50.523
Entre 2 e 3 anos	40.903	40.141
Entre 1 e 2 anos	18.709	20.160
Total	956.452	956.918

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

As principais características de termos e condições contratuais dos Instrumentos elegíveis ao Nível II do (PR) estão contidas no Anexo II disponível no site www.bancovw.com.br.

A Instituição tem a aprovação, pelo BACEN, dos termos e condições dos contratos das Letras Financeiras Subordinadas para que possam compor o Nível II do PR. A Lei nº 12.838 (conversão da MP nº 608/13) dentre outros assuntos, determinou as alterações relacionadas à emissão de letras financeiras. Desta forma, alguns artigos da Lei nº 12.249/10 foram alterados para adequar às mudanças legislativas. Com o advento desta legislação, foi publicada a Resolução do CMN nº 4.192/13 que dispõe sobre a metodologia para apuração do PR.

Sendo assim, com o objetivo de atender as exigências determinadas por estes dispositivos e pela Resolução antes mencionada, a Instituição providenciou o aditamento aos contratos relacionados às Letras Financeiras Subordinadas. Este aditamento previu a inclusão de "Cláusulas Especiais do Núcleo de Subordinação" da Letra Financeira para constar, em síntese, os seguintes pontos:

- Data de vencimento e prazos;
- Condições que afastam a utilização da Letra Financeira para fins de compensação de débitos e créditos recíprocos;
- Condição de emissão sob a forma nominativa e escritural;
- Estabelecimento de regras para as hipóteses de recompra e/ou resgate;
- Suspensão do pagamento da remuneração estipulada, quando houver;
- Condições de extinção do direito de crédito representado pela Letra Financeira.

As normas editadas pelo CMN poderão estabelecer ordem de preferência no pagamento dos titulares da Letra Financeira de que trata o caput do art. 40 da Lei nº 12.249/10, de acordo com as características do título.

Todas as alterações acima elencadas foram elaboradas e incluídas no instrumento de Aditamento, sobretudo, para cumprimento dos requisitos previstos nos artigos 14 e 20 da Resolução do CMN nº 4.192/13, que tratam do núcleo de subordinação e dos instrumentos elegíveis ao Nível II. Mencionado Instrumento de Aditamento foi apresentado ao BACEN que, através do Departamento de Organização do Sistema Financeiro -DEORF confirmou que os títulos aditados são elegíveis ao Nível II do PR nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA, ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), **ÍNDICES E LIMITES**

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) representam o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência - PR) compatível com os riscos.

A apuração do (RWA) aplicáveis para o Grupo, conforme Resolução do CMN nº 4.193/13 são no mínimo a soma das seguintes parcelas:

RWA = RWAcpad + RWAopad

Onde:

RWAcpad – exposição ao risco de crédito mediante abordagem padronizada e,

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

RWAopad - cálculo do capital requerido para risco operacional mediante abordagem padronizada alternativa.

Além disso, o Grupo deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira Banking.

Apresentamos a seguir a alocação de capital do Conglomerado Prudencial:

		Em milhares de Reais
Risco de Crédito	Mar 2017	Jun 2017
Por modalidade		
Operações de crédito e arrendamento líquido de		
provisão (não varejo)	4.275.740	4.264.405
Operações de crédito e arrendamento líquido de		
provisão (varejo)	6.622.931	6.202.361
Créditos tributários	1.358.628	1.291.343
Compromisso de crédito	349.635	314.381
Operações de TVM e Instrumentos financeiros		
derivativos	25.556	34.043
Garantias prestadas - avais e fianças e		
coobrigações	6.883	7.059
Outros ativos	481.780	658.230
Total RWAcpad	13.121.153	12.771.822
Por FPR		
FPR de 20%	62.907	39.525
FPR de 50%	359.098	337.232
FPR de 75%	6.622.931	6.202.361
FPR de 85%	635.508	568.679
FPR de 100%	4.968.533	5.166.112
FPR de 150%	-	-
FPR de 250%	571.008	550.923
FPR de 300%	-	-
FPR de -100%	(98.832)	(93.010)
Total RWAcpad	13.121.153	12.771.822
Risco Operacional		
Linhas de Negócio	-	
Varejo	498.403	498.403
Comercial	495.431	495.431

Risco Operacional		
Linhas de Negócio		
Varejo	498.403	498.403
Comercial	495.431	495.431
Administração de Ativos	301.499	301.499
Total RWAopad	1.295.333	1.295.333
Total RWA	14.416.486	14.067.155
Total RWA x 9.250%	1.333.525	1.301.212

Risco de Mercado - Banking		
Parcelas		
Prefixada em Real 48.250		43.074
Valor total alocado - RBAN	48.250	43.074

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Apresentamos abaixo os índices e a margem calculada conforme Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13:

Em milhares de Reais

Índices	Mar 2017	Jun 2017
Capital Principal	2.726.156	2.848.085
Patrimônio de Referência - Nível I	2.726.156	2.848.085
Patrimônio de Referência (PR)	3.682.608	3.805.003
Margem sobre o PR considerando Rban	2.300.833	2.460.717
Índice de Capital Principal	18,91%	20,25%
Índice de Nível I	18,91%	20,25%
Índice de Basileia	25,54%	27,05%
Índice de Basileia - amplo inclui RBAN	24,65%	26,18%
Índice de imobilização	0,40%	0,37%
Margem de imobilização	1.826.498	1.828.217

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 5,1% entre o capital principal e o RWA, e de 6,6% entre o nível I do PR e o RWA para o trimestre encerrado em 30 de junho 2017.

O índice de Basileia do Grupo foi de 27,05% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 20,25% em 30 de junho de 2017. Em termos de margem, o montante é de R\$ 2,4 bilhões, que possibilita um incremento de até R\$ 26,6 bilhões, considerando operações com fator de ponderação de 100%.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O Grupo está enquadrado no limite máximo de 50% do PR, definido pelo BACEN.

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.193/13 e pelas Circulares BACEN nº 3.768/15 e nº 3.769/15, desde o primeiro trimestre de 2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- ACP conservação, correspondente ao Adicional de Conservação de Capital Principal;
- ACP contracíclico, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal;
- ACP sistêmico, correspondente ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal.

O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

Adicional de Capital Principal (ACP)	Mar 2017	Jun 2017
ACP conservação	90.103	87.920
ACP contracíclico	-	ı
ACP sistêmico	-	-
Total ACP	90.103	87.920

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.769/15, maiores detalhes da parcela de ACP contracíclico e ACP sistêmico são apresentados a seguir:

ACP contracíclico	Mar 2017	Jun 2017
RWAcpad - setor privado não bancário	11.679.100	11.407.932
RWAcpad - setor público não bancário	1.358.628	1.291.343
RWAcpad - setor bancário	83.425	72.547
Total RWAcpad - Brasil	13.121.153	12.771.822
% ACCP ⁽¹⁾ Brasil	0%	0%
Total ACP contracíclico	•	•

⁽¹⁾ Adicional contracíclico de capital aplicável ao Brasil

O Grupo possui a totalidade de suas exposições ao risco de crédito no Brasil, sendo que o ACP relativo ao Brasil é de 0% (zero por cento), como definido na Circular BACEN nº 3.769/15 e, portanto não há valor a ser considerado no ACP contracíclico.

A parcela ACP sistêmico aplicável ao Grupo é 0% (zero por cento), de acordo com a Circular BACEN nº 3.768/15, uma vez que a razão entre o valor da sua Exposição Total e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é inferior a 10% (dez por cento).

RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular BACEN nº 3.748/15 que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). É um índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras e avalia a alavancagem por meio da relação entre Capital Nível I e os ativos registrados em valores contábeis, acrescidas de exposições off-balance (limites, avais, fianças e derivativos).

A partir de 2018, deverá ser definido pelo BACEN, um percentual de requerimento desta razão, para o qual tem-se utilizado como referência o mínimo de 3%, conforme Acordo da Basileia III.

A seguir, apresentamos o modelo comum de divulgação de informações sobre o comparativo entre demonstrações financeiras publicadas e a RA do Conglomerado Prudencial:

Em milhares de Reais

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem	Mar 2017	Jun 2017
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	16.291.962	15.799.080
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	333.337	295.080
Outros ajustes	(100.167)	(106.142)
Exposição Total	16.525.132	15.988.017

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A seguir, apresentamos o modelo comum de divulgação de informações sobre a RA do Conglomerado Prudencial:

Em milhares de Reais

Modelo Comum de divulgação de informações sobre Razão de Alavancagem	Mar-17	Jun-17
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários	15.647.131	15.154.457
recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas		
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(100.167)	(106.142)
Total das exposições contabilizadas no BP	15.546.964	15.048.315
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	383	30.268
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	16.029	12.824
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em	-	-
função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de		
liquidação		
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	16.412	43.092
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	602.319	572.678
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e	602.319	572.678
valores mobiliários		
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	711.988	640.806
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(352.552)	(316.873)
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	359.436	323.933
Capital e Exposição Total		
Nível I - (A)	2.726.156	2.848.085
Exposição Total - (B)	16.525.132	15.988.018
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem de Basileia III - (A/B)	16,50%	17,81%

O Grupo apurou em 30 de junho 2017 uma exposição total de R\$ 16,0 bilhões e o Capital Nível I alcançou o montante de R\$ 2,8 bilhões. Desta forma, a RA foi de 17,81%.

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

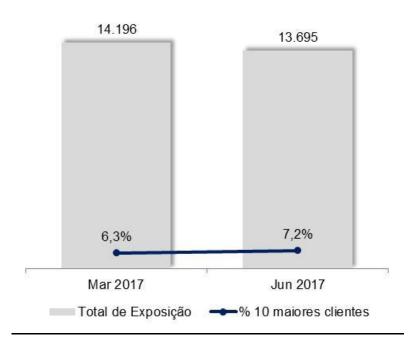
Valor Total das Exposições ao Risco de Crédito por Região e Setor Econômico

Em milhares de reais

Tipo do Evposição	Exposição ao R	isco de Crédito
Tipo de Exposição	Mar 2017	Jun 2017
Por regiões geográficas		
Região Nordeste	2.309.028	2.216.790
Região Sudeste	6.487.187	6.311.533
Região Centro-Oeste	2.455.423	2.339.191
Região Sul	2.944.667	2.827.903
Total da Exposição	14.196.305	13.695.417
Por setor econômico		
Rural	38.731	37.446
Industria	611.740	595.906
Comércio	3.142.586	3.053.751
Intermediários Financeiros	7.344	7.409
Outros Serviços	4.641.300	4.543.192
Pessoa Física	5.736.501	5.439.154
Habitação	18.103	18.559
Total da Exposição	14.196.305	13.695.417
Média do trimestre	14.439.343	13.833.665

Percentual das Exposições dos Dez Maiores Clientes

Em milhares de reais



FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Percentual das Exposições dos Cem Maiores Clientes

Em milhares de reais



Exposições ao Risco de Crédito por Tipo

Em 30 de Junho de 2017 - milhares de reais

- 10										
			Pessoa Fisica				Pessoa J	urídica		
	Por Tipo	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
ŀ	Total de Exposição	58.253	5.370.724	10.177	1.840.681	4.546.235	149.121	1.493.033	227.193	13.695.417
	Média do trimestre	58.648	5.463.926	10.538	1.821.981	4.692.589	121.751	1.438.162	226.070	13.833.665

Em 31 de Março de 2017 - milhares de reais

Por Tipo	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Total de Exposição	59.012	5.666.451	11.038	1.820.205	4.970.723	91.109	1.350.995	226.773	14.196.305
Média do trimestre	59.568	5.775.283	11.137	1.763.874	5.173.080	63.756	1.371.941	220.704	14.439.343

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposições ao Risco de Crédito por Regiões Geográficas

Em 30 de Junho de 2017 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Região Nordeste	-	849.832	799	332.455	793.016	-	208.168	32.520	2.216.790	
Região Sudeste	58.253	2.423.062	6.878	821.854	2.054.201	149.121	665.184	132.980	6.311.533	
Região Centro-Oeste	1	1.043.908	1.545	312.910	691.302	ı	256.128	33.398	2.339.191	
Região Sul	1	1.053.922	955	373.462	1.007.716	1	363.553	28.295	2.827.903	
Total	58.253	5.370.724	10.177	1.840.681	4.546.235	149.121	1.493.033	227.193	13.695.417	

Em 31 de Março de 2017 - milhares de reais

	Emot de Março de 2017 minutes de									
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Região Nordeste	-	903.775	754	325.913	861.947	1	185.995	30.644	2.309.028	
Região Sudeste	59.012	2.543.048	7.691	816.788	2.237.879	91.109	609.182	122.478	6.487.187	
Região Centro-Oeste	-	1.100.934	1.556	307.517	773.179	-	231.512	40.725	2.455.423	
Região Sul	-	1.118.694	1.037	369.987	1.097.718	1	324.306	32.925	2.944.667	
Total	59.012	5.666.451	11.038	1.820.205	4.970.723	91.109	1.350.995	226.772	14.196.305	

Exposições ao Risco de Crédito por Setor Econômico

Em 30 de Junho de 2017 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Rural	-	-	-	2.217	15.795	-	14.982	4.452	37.446	
Industria	-	-	-	57.188	432.072	-	103.565	3.081	595.906	
Comércio	-	-	-	1.538.567	985.423	-	366.472	163.289	3.053.751	
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	7.409	-	7.409	
Outros Serviços	-	-	-	242.413	3.112.804	149.121	983.702	55.152	4.543.192	
Pessoa Física	58.253	5.370.724	10.177	-	-	-	-	-	5.439.154	
Habitação	-	-	-	296	141	-	16.903	1.219	18.559	
Total	58.253	5.370.724	10.177	1.840.681	4.546.235	149.121	1.493.033	227.193	13.695.417	

						EIII	31 de Março de l	2017 - 1111111	ares de reais	
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Rural	-	-	-	1.936	17.817	-	14.289	4.689	38.731	
Industria	-	-	-	39.761	474.224	-	89.567	8.188	611.740	
Comércio	1	-	-	1.531.515	1.110.735	ı	343.734	156.602	3.142.586	
Intermediários Financeiros	1	-	-	-	-	1	7.344	1	7.344	
Outros Serviços	1	-	-	246.715	3.367.789	91.109	879.660	56.027	4.641.300	
Pessoa Física	59.012	5.666.451	11.038	-	-	,	-	1	5.736.501	
Habitação	-	-	-	278	158	,	16.401	1.266	18.103	
Total	59.012	5.666.451	11.038	1.820.205	4.970.723	91.109	1.350.995	226.772	14.196.305	

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposições ao Risco de Crédito por Faixas de Prazo a Decorrer

Em 30 de Junho de 2017 - milhares de reais

		Em 30 de Jumo de 2017 - miniares de re								
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Até 6 meses	1.995	276.370	4.706	1.368.712	156.458	149.121	134.375	152.375	2.244.112	
Acima de 6 meses até 1 ano	4.448	495.124	1.758	16.951	275.852	1	147.358	339	941.830	
Acima de 1 ano até 5 anos	51.810	4.599.230	3.713	411.674	3.999.939	-	1.211.244	71.480	10.349.090	
Acima de 5 anos	-	-	-	43.344	113.986	-	56	2.999	160.385	
Total	58.253	5.370.724	10.177	1.840.681	4.546.235	149.121	1.493.033	227.193	13.695.417	

Em 31 de Marco de 2017 - milhares de reais

	Elli 31 de Iviai ço de 2017 - Illilliaies (ares ae reais	
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Até 6 meses	2.137	262.197	5.058	1.358.400	100.074	91.109	129.781	144.765	2.093.521	
Acima de 6 meses até 1 ano	4.531	631.480	1.600	21.710	323.793	1	164.901	171	1.148.186	
Acima de 1 ano até 5 anos	52.344	4.772.774	4.380	396.238	4.399.016	1	1.056.257	78.965	10.759.974	
Acima de 5 anos	-	-	-	43.857	147.840	1	56	2.871	194.624	
Total	59.012	5.666.451	11.038	1.820.205	4.970.723	91.109	1.350.995	226.772	14.196.305	

Montante das Operações em Atraso por Faixas, segmentado em regiões geográficas e setor econômico

Em 30 de Junho de 2017 - milhares de reais

	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Total
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	50.753	19.439	62.312	60.511	193.015
Região Sudeste	148.295	70.312	128.254	151.310	498.171
Região Centro-Oeste	74.425	24.774	61.587	103.460	264.246
Região Sul	47.632	52.611	49.259	62.934	212.436
Total geral	321.105	167.136	301.412	378.215	1.167.868
Por setor econômico					
Rural	493	71	218	972	1.753
Industria	7.989	3.403	12.402	27.321	51.115
Comércio	38.273	38.677	59.896	63.620	200.466
Intermediários Financeiros	136	ı	36	1	172
Outros Serviços	109.291	84.019	139.776	174.925	508.011
Pessoa Física	164.308	40.594	88.868	111.265	405.035
Habitação	615	372	216	113	1.316
Total geral	321.105	167.136	301.412	378.215	1.167.868

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em 31 de Março de 2017 - milhares de reais

	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	107.294	27.647	61.226	71.714	267.881
Região Sudeste	262.489	93.585	135.313	161.689	653.076
Região Centro-Oeste	110.698	39.213	78.718	99.748	328.377
Região Sul	117.605	34.784	38.919	66.631	257.939
Total geral	598.086	195.229	314.176	399.782	1.507.273
Por setor econômico					
Rural	1.177	52	762	322	2.313
Industria	30.009	4.352	10.860	25.264	70.485
Comércio	72.393	81.089	86.485	101.046	341.012
Intermediários Financeiros	383	28	ı	1	411
Outros Serviços	264.031	65.568	146.234	165.978	641.812
Pessoa Física	229.413	43.740	69.708	107.071	449.933
Habitação	680	400	127	100	1.307
Total geral	598.086	195.229	314.176	399.781	1.507.273

Movimentação de Provisão Para Devedores Duvidosos, por Setor Econômico

Em 30 de Junho de 2017 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final	
Rural	1.869	279	(71)	2.077	
Industria	44.839	3.829	(6.686)	41.982	
Comércio	272.201	(3.914)	(33.115)	235.172	
Intermediários Financeiros	84	24	-	107	
Outros Serviços	446.466	38.709	(60.594)	424.580	
Pessoa Física	195.425	40.000	(42.501)	192.925	
Habitação	584	112	(34)	661	
Total	961.468	79.038	(143.001)	897.504	

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em 31 de Março de 2017 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final
Rural	2.040	(31)	(140)	1.869
Industria	40.086	9.597	(4.844)	44.839
Comércio	304.383	32.587	(64.769)	272.201
Intermediários Financeiros	143	(60)	1	83
Outros Serviços	524.895	13.487	(91.917)	446.465
Pessoa Física	200.589	37.733	(42.896)	195.426
Habitação	607	2	(24)	585
Total	1.072.743	93.315	(204.590)	961.468

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. As dos produtos Finame, Leasing e Finame Leasing são garantidas por meio do próprio bem e de nota promissória. Já os produtos Leasing e Finame Leasing são garantidos por meio do próprio bem através do arrendamento mercantil e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.

Nas operações de crédito rotativo para concessionários, são solicitadas garantias de acordo com o rating apurado para o concessionário ou grupo econômico, sendo que: quanto melhor o rating, menor a necessidade de apresentação de garantias.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen Financial Services AG, utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

Para fins de apuração da necessidade de capital de risco de crédito, apresentamos abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos definidos nos artigos 36 a 39 da Circular BACEN nº 3.644, segmentado por tipo de mitigador e por Fator de Ponderação de Risco (FPR):

Em milhares de Reais

			5 ac nears
Tipo mitigador	FPR	Mar 2017	Jun 2017
Depósito a prazo	0%	15.560	16.851
Garantia Instituições Financeiras	50%	4.000	5.345
Total		19.560	22.196

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e da possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Cai	teira de Crédito
Garantias	Mar 2017 Jun 2017	
Total de Garantias	20.913.613	20.055.854

No caso de operações de aplicações/derivativos, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras e respectivos valores de limites autorizados a operar. A metodologia utilizada para estabelecer os limites autorizados para a Tesouraria realizar operações de aplicações e derivativos, é definida pela Matriz. O monitoramento desses limites autorizados é realizado pela área de Gerenciamento de Risco.

A carta de fiança bancária emitida pela Instituição tem a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais, cujos saldos são demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2017	Jun 2017
Beneficiários de garantias prestadas	6.953	7.130

O valor referente à sobra de caixa do Conglomerado Prudencial é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com compromisso de revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final).

Valores demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

PRODUTO	Mar 2017	Jun 2017
Compra com compromisso de revenda	602.319	572.678
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.443	40.077
Cotas de fundos de investimento	169.141	140.298
Total	811.903	753.053

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na (CETIP) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa (B3) aplicáveis a operações com características e prazos similares.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em 30 de junho, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial.

Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger do risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pelo Grupo em 30 de junho são classificadas como hedge de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do Dólar proveniente da contratação de empréstimos no exterior, o Grupo possui contratos de swap a vencer até o mês de março de 2018 com valor nocional no montante de R\$1.111.657. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado referente ao 2º trimestre de R\$ 33.414.

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos e suas classificações estão detalhadas abaixo:

1º trimestre de 2017:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap – negociação	323.741	Até dezembro 2020	Pré X DI	308	(77)	1.610
Swap – negociação	323.741	Até dezembro 2020	DI X Pré	75	(333)	(958)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.279.150	Até março 2018	Dólar X DI	-	(80.654)	(107.211)
				383	(81.063)	(106.559)

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

2º trimestre de 2017:

Em milhares de reais

						Receita
Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap – negociação	242.871	Até dezembro 2020	Pré X DI	548	-	2.430
Swap – negociação	242.871	Até dezembro 2020	DI X Pré	-	(568)	(730)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	1.111.657	Até março 2018	Dólar X DI	29.719	(6.547)	33.414
				30.266	(7.115)	35.114

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

Na escala global, a securitização de recebíveis é uma ferramenta estratégica para a diversificação de estrutura de capital da Volkswagen *Financial Services* AG (VWFS AG). Através do Programa *Driver* iniciado em 2004, a VWFS AG transfere os direitos creditórios a um Fundo de Investimento (ou *Trust*) que, por sua vez, torna-se o responsável legal pelos recebíveis adquiridos. O objetivo deste programa é torna-lo como 1/3 da estrutura de *funding* do grupo até o final de 2018.

A Instituição possui três fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC's) em linha com a estratégia de diversificação da Matriz: *Driver* Brasil *One, Driver* Brasil *Two* e *Driver* Brasil *Three*. Os regulamentos dos produtos encontram-se disponíveis em domínio público (site CVM), onde é possível obter mais detalhes sobre o critério de elegibilidade dos recebíveis.

No 4º trimestre de 2015, 4º trimestre de 2013 e no 3º trimestre de 2012, a Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 30 de junho de 2017 é de R\$ 95.785.

Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas nas demonstrações financeiras da Instituição individual na categoria "com retenção substancial dos riscos e benefícios". O ativo cedido foi registrado na rubrica específica de operações de crédito vinculadas a cessão, e o passivo assumido foi registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão. Para cada operação, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente, e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Os valores presentes à época são:

Em milhares de Reais

Descrição	Período	Ativo	Passivo
Driver Brasil One Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	3º trimestre/12	899.462	1.007.150
Driver Brasil Two Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/13	1.021.745	1.067.758
Driver Brasil Three Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/15	1.096.939	1.083.880
Total		3.018.146	3.158.788

Apresentamos a seguir o saldo ativo das exposições cedidas com coobrigação, com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2017	Jun 2017	
Driver Brasil One Banco Volkswagen	803	279	
FIDC Financiamento de Veículos	803	2/3	
Driver Brasil Two Banco Volkswagen	45.423	29.145	
FIDC Financiamento de Veículos	43.423	29.143	
Driver Brasil Three Banco Volkswagen	264.840	180.265	
FIDC Financiamento de Veículos	204.640	180.203	
Total	311.066	209.689	
	1		

Creditos baixados para prejuizo	1.682	2.382
---------------------------------	-------	-------

Ao longo dos trimestres a Instituição adquiriu títulos com característica de concessão de crédito registrada na rubrica "Títulos e créditos a receber".

As operações foram adquiridas em negociação com pessoa não integrante do SFN, sem retenção substancial de risco e de benefícios ou de controle pelo interveniente ou cedente, cujos saldos são demonstrados a seguir:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2017	Jun 2017
Pessoa não integrante do SFN	91.109	149.121

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Instituição possui participação societária no CNVW, que atua na administração de grupos de consórcio, principalmente no segmento de veículos e motocicletas produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda, com

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

participação de 99,99996%, cujo objetivo é alavancar a oferta de produtos financeiros a clientes que adquirem veículos da marca Volkswagen.

O CNVW é uma entidade limitada, regulada pelo BACEN e integra o Conglomerado Prudencial liderado pela Instituição. Portanto o investimento possui seus riscos mensurados de acordo com os regulamentos vigentes emitidos pelo CMN e BACEN.

O método de contabilização utilizado para a Instituição individualmente é o da equivalência patrimonial, a qual não sofreu alterações de práticas contábeis nos últimos anos. Na apresentação do Conglomerado Prudencial, o valor do investimento no CNVW é eliminado seguindo os critérios de consolidação das demonstrações financeiras.

O valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras da Instituição individual é de:

Em milhares de Reais

Informações sobre a investida:	Mar 2017	Jun 2017
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,9999%	99,9999%
Resultado da equivalência no trimestre	32.693	19.681
Resultado da equivalência acumulada ano	32.693	52.374
Investimento	416.283	435.964
Valor RWA	1	-
Capital alocado	-	-

O investimento no CNVW não é negociado em bolsa e, portanto, não possui preço de mercado cotado. Não houve registro de ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação.